

## LIGAS CAMPONESAS NO SUL DA PARAÍBA: MEMÓRIAS

Thelma Maria Grisi Velôso\*  
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker\*\*

### Introdução

A intenção deste texto é apresentar algumas reflexões, a partir da análise da memória dos pequenos produtores rurais do Assentamento Camucim (Pitimbu/PB) que apresentam, em suas entrevistas, lembranças marcantes sobre dois momentos históricos fundamentais de suas trajetórias: a luta contra a Destilaria Tabu nos anos 70, ponto inicial do nosso interesse pelo assentamento; e as experiências (mais remotas) de participação nas Ligas Camponesas que emergiram constantemente durante suas falas, quando começamos a pesquisar o assentamento. Estas reflexões fazem parte, portanto, de uma pesquisa mais ampla, realizada para elaboração de Tese de Doutorado em Sociologia<sup>1</sup>, que teve como objetivo principal analisar as lembranças desses pequenos produtores sobre as experiências de resistência e luta pela terra que vivenciaram, tanto nos anos 60, através da participação na Liga de Alhandra, quanto no final dos anos 70, através da participação no conflito com a Destilaria Tabu. Vale ressaltar que tal conflito resultou na compra da fazenda pelo Estado e na constituição do assentamento, após oito anos de luta –, processo durante o qual esses pequenos produtores sofreram várias arbitrariedades.

O Assentamento Camucim situa-se na microrregião do Litoral Sul da Paraíba, que faz parte da mesorregião da mata ou mesorregião canavieira. Dista 75 Km da capital do estado e 5 Km da sede do município ao qual pertence, Pitimbu. Localiza-se a noroeste deste, estendendo-se sobre um esporão de tabuleiro e sobre a várzea do rio Abiaí. Sua estrutura produtiva caracterizava-se, até 1975, pela predominância da policultura alimentar, associada, em geral, à produção do coco de praia. Nas últimas décadas, a microrregião sofreu forte avanço da plantação de cana-de-açúcar nas áreas de mata, tabuleiro e sobre as lavouras de subsistência (Moreira, 1988). Atualmente, estão assentadas trinta e sete famílias,

---

\* Professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Doutora em Sociologia.

\*\* Pesquisadora do CNPq junto aos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Educação da UNESP. (Campus de Araraquara). Doutora em Sociologia.

<sup>1</sup> Velôso (2002).

embora residam no Assentamento cerca de setenta e duas. O tamanho dos lotes varia de 0,5 ha a 12 ha e além de cultivarem a terra, os assentados criam alguns animais (aves, bovinos e caprinos) e pescam na baía do rio Abiaí.

## A Metodologia Utilizada

Além da observação de campo, através de visitas e conversas informais, foram realizadas quatorze entrevistas de história de vida com os pequenos produtores e mais oito entrevistas semi-estruturadas: três com membros da ex-diretoria da Liga de Alhandra e cinco com alguns dos que assessoraram os pequenos produtores durante o conflito com a Destilaria – dois frades, dois professores universitários e um advogado. Recorreu-se também à imagem (filmes e fotos sobre o conflito) como “detonadora” das lembranças.

A opção por analisar as lembranças dos pequenos produtores rurais de Camucim conduziu o trabalho para o campo da história oral. Nesse sentido, concebemos a memória como processo de recriação das lembranças, através do qual é possível explorar os significados subjetivos da experiência vivida. A memória não pode ser considerada um mero depósito de dados, do qual temos que recuperar as informações, mas uma atividade, um processo em contínua elaboração (Portelli, 2000a). Desse modo, a memória é resultado de criações e recriações dos significados, da seleção das experiências vivenciadas – a memória é seletiva – e da utilização, nesse processo (individual e coletivo), de mecanismos como a imaginação, as fantasias, os desejos. Em linhas gerais, a preocupação nesta pesquisa não foi procurar descobrir o que **realmente aconteceu**, mas como o acontecido era lembrado, rememorado e narrado no momento da entrevista. A perspectiva é aquela assinalada por Portelli (1990, p. 18) na qual os fatos históricos não significam nada, se não considerarmos como eles se expressam na mente das pessoas.

Foi, portanto, a partir dessa concepção que nosso interesse pelo estudo da resistência e luta camponesa, utilizando a história oral, concretizou-se nesta pesquisa, isto é, através de uma preocupação em compreender o significado que essas experiências assumem hoje para quem as viveu e as reconta.

A história oral tem procurado interligar linguagem e história, apoiando-se na primeira como via de acesso à compreensão da memória (Carmo, 1999). Foi a partir dessa concepção que recorreremos à análise do discurso para analisar as entrevistas obtidas na pesquisa de campo. Desse modo, a investigação se realizou a partir de uma perspectiva interdisciplinar, objetivando trazer as contribuições da análise do discurso para o campo das Ciências Sociais e o da História (Carmo, 1997).

Nesta exposição, optamos por situar apenas as lembranças relativas à origem das Ligas, seus objetivos, suas conseqüências, seu final (com o Golpe de 64) e com a participação dos pequenos produtores nesse processo. Vale

sublinhar que enfrentamos duas limitações em Camucim: o fato de o movimento remontar aos anos 60 e muitos atores envolvidos já estarem mortos e a falta de documentação escrita, a qual, segundo os entrevistados, foi totalmente destruída pela repressão. Além disso, dos sete pequenos produtores do sexo masculino entrevistados, apenas três afirmaram sua filiação às Ligas. Quanto às mulheres, embora nenhuma tenha sido associada às Ligas, duas delas foram casadas com pequenos produtores que eram participantes ativos do movimento. Uma, D. L., foi casada com um delegado da Liga de Alhandra que já morreu; e outra, D. Ju., foi casada com um fiscal, de quem está separada e que, atualmente, mora em outro município. Por outro lado, apesar das mulheres não terem sido associadas, como veremos a seguir, elas também participaram do movimento.

### A origem das ligas e seus objetivos

Recorrendo à História constatamos que a presença camponesa no Brasil data da época da colonização, tendo se desenvolvido um campesinato que se caracterizaria, inicialmente, pela presença de moradores, lavradores<sup>2</sup> e posseiros, cuja existência estava vinculada às vicissitudes do sistema canavieiro. Até a abolição da escravatura, essas formas de trabalho conviveram com a escravidão. Com a abolição, a forma de trabalho dominante foi o sistema de *morada*, que se caracterizava por relações de dominação tradicional. Como nos adverte Palmeira (1976, p. 3), tornar-se morador significava estabelecer um **contrato** específico que vinculava o trabalhador a um senhor de engenho particular. Quando o trabalhador se deslocava, procurava a casa de morada, isto é, uma casa que possibilitasse o seu sustento e o da família, determinadas vantagens na propriedade e a abertura de possibilidades de usufruir um sítio<sup>3</sup>.

Desse modo, existiam os moradores *de condição* e os moradores *foreiros*. Os primeiros tinham o dever de trabalhar para a propriedade. Havia os moradores de condição com sítio e os sem sítio, mas a condição relacionava-se, sobretudo, à obrigatoriedade do trabalho. Eles eram obrigados, além dos dois ou três dias de trabalho gratuito (o cambão), a dar outros dias de trabalho, que variavam de acordo com o calendário agrícola. Na época do corte, quando havia mais necessidade de mão-de-obra, chegavam a dar cinco dias de trabalho. Quando havia remuneração, esta era inferior à quantia paga aos trabalhadores de fora. Já os moradores foreiros, por sua vez, tinham acesso a um sítio (no qual desenvolviam uma agricultura de subsistência), pagavam o foro<sup>4</sup> anual e,

---

<sup>2</sup> Lavradores eram proprietários ou arrendatários de um pedaço de terra onde cultivavam sobretudo a cana-de-açúcar e a forneciam para os engenhos.

<sup>3</sup> Sítio: Área de terra da propriedade onde os moradores podiam desenvolver uma agricultura de subsistência.

<sup>4</sup> Foro: Aluguel anual pago em dinheiro.

muitas vezes, davam alguns dias de trabalho gratuito. Possuíam uma situação almejada por todos.

Com o aprofundamento das relações capitalistas no campo iniciou-se um processo de expropriação e expulsão dos moradores. Após o final da Segunda Guerra Mundial – com a valorização do açúcar no mercado internacional estimulando os proprietários a aumentarem a área de cultivo e de produção – vai ocorrer o processo de expropriação definitiva dos moradores. Nesse período, muitos senhores de engenho que tinham recorrido ao foro voltaram às suas atividades agrícolas ou então receberam das usinas melhores ofertas de renda para sua propriedade, expulsando, assim, os foreiros de suas terras, indenizando-os, ou só lhes dando direito às lavouras temporárias. Em alguns casos, as usinas permitiram que os foreiros ficassem nos sítios, contanto que destruíssem os pomares, colhessem as lavouras e se tornassem plantadores de cana (Azevedo, 1982).

As formas tradicionais de trabalho começaram a ser modificadas. Assim, as terras que eram cedidas aos moradores e aos lavradores foram ocupadas pela cana-de-açúcar. Em alguns casos, permitia-se que os moradores plantassem, mas os sítios eram de tamanho reduzido e situados em terras cansadas. Além disso, exigiam-se deles de cinco a seis dias de serviço por semana, impedindo-os, desse modo, de trabalharem em suas lavouras. Noutros casos, negavam o direito ao sítio onde desenvolviam a cultura de subsistência. Por outro lado, a categoria dos lavradores foi extinta, tornando-se, então, assalariados da cana.

*É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras usinas, o sistema de morada ainda vigorava com grande força na Zona da Mata (**paraibana**), preservando sua característica secular de exploração: o cambão. (Moreira; Targino, 1997, p. 63, grifo nosso).*

É nesse contexto de mudanças estruturais no setor canavieiro que eclodem as Ligas Camponesas. Azevedo (1982, p. 17) analisa as Ligas, vinculando-as aos marcos estruturais. Recorre à Revolução de 1930 para explicar a formação do bloco industrial-agrário no Brasil. Segundo o autor, as mudanças desencadeadas pela Revolução de 30 foram responsáveis pela transformação da formação social agro-exportadora brasileira numa formação industrial-dependente, passando a reprodução da economia brasileira a ser governada pela reprodução do capital industrial. Não se tratou de uma revolução burguesa, mas de uma conciliação conservadora, sem um compromisso social e político com a mobilização popular que desembocasse numa transformação da estrutura da propriedade agrária ou do bloco do poder. Houve, portanto, uma vinculação entre o capital industrial e os setores agro-exportadores.

Com relação à organização dos camponeses consta que, em 1945, surgiram as primeiras Ligas, caracterizadas como associações civis que mobilizavam e organizavam camponeses e trabalhadores rurais, tendo como base o Código Civil, procurando contornar as dificuldades burocráticas colocadas à criação dos sindicatos rurais. Porém, foram reprimidas, ressurgindo, em 1955, quando foi criada, no Engenho Galiléia (município de Vitória de Santo Antão - PE), a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que ficou conhecida como Liga Camponesa de Galiléia (Azevedo, 1982).

O processo de luta pela permanência na terra e manutenção da SAPPP fez com que os camponeses buscassem respaldo jurídico e político. Nesse sentido, o advogado Francisco Julião (Deputado Estadual pelo Partido Socialista, mandato assumido em 1955) se colocou à disposição da entidade, passando, então, a prestar assessoria jurídica aos camponeses. Além disso, formou-se um comitê político interpartidário de apoio à luta dos camponeses, embrião do futuro Conselho Regional da SAPPP. Em setembro de 1955 foi organizado o I Congresso Camponês de Pernambuco, marco importante para a consolidação do movimento. Durante a sua realização, a SAPPP se transformou numa instituição estadual, sendo eleita a primeira diretoria das Ligas. Como assinala Azevedo (1982, p. 67), foi nesse Congresso que nasceu a estrutura orgânica das Ligas Camponesas, ampliando-se a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas, que passaram a constituir uma base de apoio fundamental

*(...) seja através do deslocamento de quadro de militantes (especialmente estudiantis) para o campo, seja pelo suporte jurídico e político-parlamentar ou, ainda, pelas campanhas de denúncia e agitação da questão agrária e camponesa e a luta pela reforma fundiária.*

Os estatutos da SAPPP foram redigidos e registrados em cartório, definindo-a como uma associação civil. Ao mesmo tempo, o comitê interpartidário levava para o campo político os conflitos entre proprietários e camponeses. Rompia-se, assim, a exclusão social e política do campesinato (Azevedo, 1982).

É nesse processo que as Ligas se consolidam – lutando, inclusive, pela desapropriação do Engenho Galiléia. Bastos (1984, p. 44) atenta para a importância da existência de um espaço político receptivo às mobilizações e reivindicações populares, e sublinha, nesse sentido, o apoio dado, em 1962, pelo Governo Miguel Arraes, em Pernambuco.

As Ligas Camponesas da Paraíba, por sua vez, surgiram no bojo dos acontecimentos que marcaram os anos 50, e também foram estimuladas por

sua consolidação em Pernambuco (Benevides, 1985). A primeira Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas da Paraíba, que passou a ser conhecida como Liga Camponesa de Sapé, foi criada em 1958. De acordo com Aued (1986, p. 32), a Liga de Sapé começou através da ação de João Pedro Teixeira, por volta de 1954, e foi criada, inicialmente, no quintal de sua casa. Entretanto, ela não resistiu por muito tempo, tendo em vista a pressão do proprietário da terra. Quando ressurgiu, em 1958, possui uma característica nova: objetiva institucionalizar o movimento e colocá-lo nos limites da legalidade burguesa, lutando pelos direitos dos camponeses explorados. Vale acrescentar que foi fundada com o nome de Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé, chegando a ser considerada uma das Ligas mais poderosas do Brasil, possuindo cerca de treze mil associados.

A Associação de Sapé objetivava prestar assistência social aos camponeses e defendia os interesses dos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município de Sapé (Zona da Mata) e adjacências. Contou com o apoio de políticos de diferentes facções, estabelecendo um elo com o mundo urbano. O objetivo de romper com a exclusão social e política, que caracterizava o campesinato, tornava-se evidente (Benevides, 1985). Com as Ligas, o Poder Judiciário tornou-se mediador entre proprietários e camponeses. Além disso, a articulação com as forças políticas urbanas garantiu, de certo modo, uma **proteção** contra as arbitrariedades dos latifundiários. Isso não quer dizer que a violência por parte destes tenha sido neutralizada, muito pelo contrário. A Paraíba foi palco de inúmeros atos de repressão e violência contra a organização dos camponeses através das Ligas que se espalhavam por vários municípios do Estado.

No que diz respeito ao litoral sul paraibano, existiram as Ligas Camponesas de Pedras de Fogo e de Alhandra. No final dos anos 50 e início dos anos 60, ainda vigorava nessa microrregião o sistema de morada. Com a eclosão das Ligas Camponesas, os pequenos produtores de Camucim foram filiados à Liga Camponesa de Alhandra.

Segundo entrevista concedida pelo ex-presidente da Liga de Alhandra, esta foi fundada por volta de 1960 e possuía cerca de oitocentos sócios, que se reuniam, semanalmente, aos domingos. O entrevistado não consegue precisar o número de pequenos produtores de Camucim que eram filiados, mas supõe que eram cerca de trinta famílias.

### **As lembranças dos pequenos produtores de Camucim**

Através das histórias de vida nos deparamos com relatos que trouxeram à tona uma riqueza de dados a serem analisados. Considerando os limites deste texto, nos deteremos apenas naqueles que nos parecem cruciais à compreensão do processo.

As Ligas são lembradas pelos pequenos produtores como um movimento organizado pelos políticos. A repressão sofrida com o Golpe de 64 é marcante nos discursos e esse período é evocado como o início do movimento.

*D. L: Aí em 64 (pausa) começou a ... a ... a organização da Liga, né? Da Liga e o sindicato, porque era mãe e filha, a Liga era fêmea, assim Mané (marido) dizia, né? porque ele era muito gracioso... que a Liga era fêmea. Agora, a Liga era a mãe do filho, que o filho era o sindicato e realmente tinha folhe... revi... folhete assim, revista pequenininha assim que tinha encostado mãe e filho. A mãe foi embora e o filho ficou, que é esse sindicato. Aí começou. A mãe veio braba. Mané dizia que ela veio braba demais.*

A associação das Ligas com o Golpe, comum nos relatos, sugere que as lembranças sobre as mesmas estão atreladas à Revolução de 64 e a toda repressão sofrida. Esse atrelamento leva-nos a supor que a repercussão que teve o Golpe de 64 faz com que a memória situe o movimento naquele ano. Nessa seqüência discursiva, D. L. também associa o início da organização da Liga ao início da organização do sindicato<sup>5</sup>, isto é, os dois começaram em 1964, e enuncia, parafrazeando o marido (que foi delegado da Liga de Alhandra), que a Liga era *a mãe* e o sindicato *o filho*. A narradora, em nenhum momento, refere-se à morte das Ligas. Ela diz que “a mãe foi embora e deu lugar ao filho” – e não que a mãe morreu. Relembra, inclusive, que mãe e filho apareciam nas revistas, encostados um no outro, o que nos remete à questão da *união*, tão exaltada pelos narradores nas lembranças sobre a luta pela terra. Nesse sentido, para dotar de realidade os elementos da representação, recorre ao mecanismo da naturalização<sup>6</sup>, conferindo-lhes propriedades físicas e humanas: “... revista pequenininha assim que vinha encostado mãe e filho.” Enfatiza também que a mãe era brava, o que sugere a imagem da fêmea que protege seu filhote, isto é, a mãe – a Liga – protege seu filho, o sindicato. Além disso, legitima seu discurso, referindo-se ao marido – “assim Mané dizia” – o qual foi delegado da Liga e, por isso, possui um discurso fidedigno.

Sabemos que *a mãe* tem um valor simbólico em nossa sociedade – arquétipo da grande mãe que gera tudo. Para os camponeses “a terra é mãe”, é ela que dá a vida (Veloso, 1990). Nesse sentido, a Liga, mãe, gerou e pariu o filho – o sindicato. Essa idéia nos remete ao discurso cristão da mãe – a Virgem

---

<sup>5</sup> Consta que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alhandra foi criado em 1963, enquanto que o STR de Pitimbu, em 1965.

<sup>6</sup> Sobre o processo de naturalização, consulte Jodelet (1992).

Maria, que deu à luz o filho, Jesus Cristo, que veio para nos salvar. E, de certo modo, o sindicato assume o papel de *salvador*, ao considerarmos alguns outros fatos que reforçam esse papel, como a importante atuação que teve o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu durante o conflito com a Destilaria Tabu; o fato de seu presidente ter chegado à Camucim **pelas mãos** da Igreja, ou seja, **pelas mãos de Deus**. Por outro lado, como observa Aued (1986, p. 32), a Liga de Galiléia ficou conhecida como “a Liga-mãe”.

A seqüência discursiva em análise, também, sugere que a idéia de reforma agrária radical difundida através do slogan “na lei ou na marra”<sup>7</sup> pode ser associado aqui à **brabeza** da Liga: “... a mãe veio braba ...”. Nesse sentido, observamos que há discursos que relembram estratégias utilizadas pelos camponeses para pressionar os proprietários, que se caracterizavam por serem violentas, como retomaremos mais adiante.

As divergências entre as diferentes facções que compunham o movimento das Ligas, inclusive aquelas relacionadas à própria fundação dos sindicatos, ressaltadas pelos pesquisadores<sup>8</sup>, não vêm à tona nas lembranças, o que corrobora as posições teóricas que defendem que na Paraíba as divergências não foram responsáveis por propostas concretas diferenciadas<sup>9</sup>. Os sindicatos são representados como responsáveis pela continuidade do movimento e, nesse sentido, as Ligas são também lembradas como um movimento vitorioso, o que nos conduz a uma reflexão em torno da idealização da memória no que diz respeito aos resultados do movimento.

Quanto aos objetivos das Ligas, o fim do cambão é que é relembrado enquanto bandeira de luta. Os pequenos produtores relembram que as Ligas foram uma luta pelo pagamento do foro, e, por conseguinte, pela **liberdade**. O que nos remete às colocações de Bastos (1984, p. 53) ao afirmar que o cambão foi representado, tanto para alguns autores, como para os líderes do movimento, como uma forma de servidão, uma exploração de natureza feudal. A luta contra o latifúndio, porém, expressaria também uma forma de transição entre a condição de trabalhador autônomo e a de trabalhador assalariado. Faz parte, então, do modo de produção capitalista e indicaria o processo de proletarização daqueles trabalhadores. Conceber o cambão apenas como uma forma de servidão significa perder de vista a sua dimensão principal.

Nessa perspectiva, a autora acredita que é possível analisá-lo numa nova dimensão: combater o cambão significa uma luta contra a **sujeição**, porém não contra a servidão, mas contra a **mudança** que ele representa, que desemboca

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes consulte Azevedo (1982)

<sup>8</sup> Para maiores detalhes consulte Azevedo (op. cit.); Bastos (1984).

<sup>9</sup> Para maiores detalhes consulte Novaes (1997).

na gradual perda do controle do processo de trabalho e conduz à situação de venda da força de trabalho. O direcionamento dado à luta, como uma luta contra o latifúndio, perdeu de vista as reais condições de vida do campesinato, e o teor do movimento foi elaborado fora desse contexto, fora da concepção de mundo que norteava o projeto político dessa classe.

Por outro lado, como sublinha Novaes (1997, p. 42), a idéia de **luta contra o cambão** generalizou-se, traduzindo as precariedades das condições de trabalho e a própria quebra das regras tradicionais, porque os moradores foreiros foram os primeiros a se engajarem na luta e porque, no debate político, a luta contra os **restos feudais** se dirigiu contra o cambão (relacionado com a corvéia medieval). Desse modo, eliminar o cambão transformou-se numa bandeira de luta, simbolizando as diferentes formas de exploração e unificando o movimento.

Tais colocações nos ajudam a entender a ênfase dada, nas lembranças dos nossos narradores, ao fim do cambão, enquanto bandeira de luta. Nesse sentido, através das lembranças se evidencia que a luta por uma terra de trabalho é que legitimava o movimento, o que denota a questão da priorização da denominada *autonomia* camponesa, enquanto projeto político. A união foi um traço marcante nesse processo. A imagem de que eram unidos, solidários, vivazes, corajosos e espertos faz parte da identidade veiculada pelas lembranças. A imagem de que eram corajosos corrobora as argumentações dos estudiosos que sublinham que o movimento foi responsável pela **perda do medo dos ricos**<sup>10</sup>. Como nos adverte Novaes (1997, p. 53) o medo, em um determinado momento histórico, foi um componente fundamental para manutenção das relações de *morada*.

Além disso, as Ligas são representadas pelos pequenos produtores como Lei, um movimento que lutava pelos direitos dos camponeses, que questionou a ordem estabelecida e instaurou uma nova ordem. É, portanto, lembrado como um movimento vitorioso, responsável pela consolidação do movimento camponês e pela sua organização nos anos 70. Nesse sentido, há também quem afirme que um dos objetivos das Ligas era a Reforma Agrária.

### **A participação dos camponeses**

Um aspecto que nos chama a atenção é que a maioria dos que se filiaram às Ligas avalia negativamente essa atitude. Os camponeses lembram que foram influenciados, ou até mesmo forçados, a se filiarem – o que remete à existência de uma pressão por parte do movimento – ou que não foram inteligentes ao fazê-lo, o que nos leva a supor que o trabalho da memória também tenha sido influenciado pelas marcas da repressão de 64. Há quem lembre

---

<sup>10</sup> Para maiores detalhes consulte Paiva (1984); Novaes(op. cit.).

também que não se filiou porque “não queria invadir terras dos outros”, o que reitera a ética camponesa. São lembrados ainda os confrontos entre filiados das Ligas e os proprietários e seus prepostos, em que os primeiros faziam valer os seus interesses, ou seja, reagem a toda exploração a que estavam submetidos, o que é representado como a **violência** das Ligas. Desse modo, as Ligas faziam valer os seus interesses na **lei ou na marra**.

Em outra seqüência discursiva transcrita abaixo, esse comportamento dos associados das Ligas ganha um **colorido** que nos remete, imediatamente, ao cangaço, quando se diz, por exemplo, que o camponês que comandava o grupo que se confrontava com os administradores das propriedades usava um chapéu que lembrava Lampião.

*Lo: E aí... e aí eles pegaram... os companheiro pegou o administrador, porque o administrador mandou um... um... um... uns trabalhador plantar coco, não sabe? De cambão! Aí ele chegou fez o administrador arrancar os coqueiro de **unha!** (enfático). Foi! De unha! Ficou com as unha toda “escarrabujada”... (...) Fez atravessar um rio cheio com roupa comprida, (...) Era muito homem! Aonde tinha um chefão com um chapéu quebrado na frente e atrás que nem o Lampião! Era o maioral, era ele! Esse negão! (risos) (...) a turma de homem fez ele arrancar o coqueiro de unha! Mas no meio há de ter um compadecido, né? Disse: ‘Não, já está bom, faça mais isso, não!’ Ele, as unha já correndo sangue, tudo... as unha... largou-se de cavar o coqueiro todo (...) as unha “escarrabujando” todinha, ficou “marejando” sangue.*

Embora o narrador acima, Sr. Lo, não tenha sido filiado às Ligas, costuma utilizar a expressão **companheiro** quando se refere aos participantes das Ligas. Essa categorização pode ser determinada a partir da identificação com a luta pela terra, fruto da experiência durante o conflito com a Destilaria Tabu.

A referência a Lampião também é significativa: o grupo de homens filiados às Ligas que obrigou o administrador a arrancar os coqueiros **de unha** era liderado por um chefão negro que usava um chapéu como o de Lampião. Considerando que, no imaginário popular, são várias as histórias em que Lampião liderou castigos corporais para fazer valer a sua vontade, parece-nos que não é à toa que a memória recorra à figura do rei do cangaço para representar a postura dos filiados das Ligas nesses confrontos dentro das propriedades. Segundo Forman (1979, p. 286), através do banditismo social, os indivíduos buscam uma desforra frente aos padecimentos causados pela classe dominante. Nesse sentido, o cangaceiro não buscava uma nova ordem, mas punir aqueles que o ameaçavam. E o referido autor acrescenta que a atitude dos camponeses,

com relação a Lampião, é ambivalente: ele é visto como um misto de santo e pecador, que tanto pode ser protegido como denunciado.

Observamos que o Sr. Lo considera que os camponeses filiados às Ligas praticavam malvadezas, pois em outro trecho do seu relato diz que aquele **compadecido** que fez com que o administrador fosse solto, argumentou: “Não, não faça mais isso, não! Ele já..... Já está bom! A malvadeza que nós fizemos já está bom.” Através da hesitação no discurso – “Ele já...” – supomos que algo foi censurado pela memória do Sr. Lo. Percebemos que, se, de modo geral, tais lembranças com relação a esse comportamento dos filiados das Ligas são acompanhadas de uma certa censura – no sentido, inclusive, de crítica à atitude dos filiados – ,por outro lado são acompanhadas de um certo sentimento de justiça e de poder. Justiça e poder que, em geral, os camponeses não vivenciavam na relação de exploração estabelecida pelos proprietários. A associação à figura de Lampião refletiria então essa ambivalência: censura de um lado, justiça e poder do outro.

### **O “fim” do movimento**

No que se refere ao final do movimento, a polícia foi responsável por toda a repressão exercida, enquanto que ao Exército coube o papel de pacificador. As lembranças, portanto, são influenciadas profundamente pela ideologia dominante veiculada.

O fim das Ligas constituiu-se numa **guerra**, e nesta é ressaltada a vivacidade dos camponeses de Camucim, como se pode constatar abaixo.

#### ***T (Pesquisadora): Morreu alguém?***

D. L.: Morreu, morreu (enfático). Naquela luta morreu. Aqui foi muito quente mesmo, foi muito cacete! (enfático). Aqui ninguém levou cacete não, ninguém levou uma “lapada”, porque o povo era vivo demais, ganhou os mangue, correu mesmo. Agora as mulher não, só os homem. (...) Lá em casa mesmo chegou várias vezes as polícia fazendo as pesquisa. (...) abria até os baú procurando panfleto, aí procurando, revirava tudo, era por debaixo de cama, era por todo canto. (...) Aí porque eu não sei (...) a lei (enfático) virou, parece que a velha foi embora e com pouco mais foi uma guerra, (enfático) uma guerra infeliz. Aí foi guerra mesmo. Aqui dessa região, aqui só não pegaram Mané, porque Mané era um homem muito vivo, e é um homem que ele é desse meio de mundo, do sertão (...) conhecia esse meio de mundo por aí (...) Aí ele saiu daqui de madrugada, foi "simbora", passou três mês, por esse meio de mundo e a ... e a guerra aqui dentro. Olhe, muita gente amanheceu o dia... amanhecia o dia dentro d'água, porque nessa época era muito... o inverno era normal

(...) não dormia um homem de noite dentro de casa, só ficava as mulher. (...) Aí os homem tudinho se escondia. Daqui não pegou nenhum, nenhum homem aqui, os homem daqui, toda vida foi vivo! Está pensando que dormia em casa era? Dormia não.

A narradora acima, D. L., refere-se ao final das Ligas como uma guerra, mas seu discurso demonstra que desconhece os motivos e sugere que a **mãe** foi embora e deixou o **filho** sozinho. A narradora ressalta ainda a participação das mulheres enfrentando a polícia, já que os homens fugiram, sendo ou não filiados, o que nos remete ao terror que se espalhou, com a presença de muitos policiais na área (o que também ocorreu durante o conflito com a Destilaria). Cabia às mulheres levar comida para os homens, cuidando para não serem descobertas; permanecer em casa (enquanto os maridos estavam escondidos); cuidar dos filhos; receber a **visita** da polícia que revistava a casa em busca de provas da filiação às Ligas e as interrogavam; e correr o risco, inclusive, de sofrerem alguma arbitrariedade. Registram-se, aqui, as lembranças referentes à participação das mulheres.

Representar o final das Ligas como uma guerra é significativo, porque, embora saibamos que durante uma guerra há duas partes em combate, as lembranças nos conduzem à suposição de que havia uma parte acuada, que fugiu do confronto, no caso, os camponeses. No entanto, a imagem da guerra também nos conduz à perseguição, ao terror, aspectos que as lembranças denunciam.

Por outro lado, a seqüência discursiva acima refere-se à vivacidade dos homens de Camucim, os quais, durante o Golpe, apesar da grande repressão, não foram espancados e, sim, fugiram ou se esconderam no manguê. O fato de terem fugido e se escondido é representado como um traço de vivacidade, corroborando a imagem, que veiculam através das lembranças, de lutadores, corajosos, espertos e vivazes. Nesse sentido, a imagem positiva que constroem de si – como ativos e espertos – continua sendo garantida pela memória, que é um elemento essencial da identidade (Pollak, 1992).

Há quem afirme, ainda, que os proprietários foram os responsáveis pelo fim das Ligas, e que recorreram às Forças Armadas, com o propósito de acabar com o movimento.

P. F.: É... essa Liga Camponesa, ela fez muita coisa boa por aí. Aí em Alhandra mesmo mostrou muita coisa, também ali em Popoca, em Camucim, em diverso lugar. Só que os proprietário achava ruim, né? Porque que só se acabou-se devido os proprietário. Proprietário se junta eles todinho e pede o governo, às Forças Armadas "pro mode"... porque estava uma coisa... uma coisa

animada. Aí, quando houve a revolta, aí pronto. Terminou-se o ... o... as Ligas Camponesa, aí vai é quando começa o sindicato, o sindicato rural.

O narrador não atribui o papel de repressor às Forças Armadas, mas aos proprietários que acharam ruim o movimento e se uniram para acabá-lo, recorrendo ao Governo e a elas. No discurso acima, não se explicita o que os proprietários pediram a essas instâncias, mas supomos que tenha sido a repressão. Além disso, não se sabe o que o Sr. P. F. entende por Forças Armadas, nem se a imagem do Exército, como pacificador, também, faz parte das suas representações, pois o que o narrador explicita é que o fim das Ligas foi desencadeado por um processo resultante da iniciativa dos proprietários. Observemos que hesita, quando explica porque os proprietários recorreram às Forças Armadas e, por fim, diz que era “porque estava uma coisa animada”. **Animação** refere-se à vivacidade, a movimento, a entusiasmo<sup>11</sup> e sugere, tanto a simpatia do Sr. P. F. pelas Ligas, quanto o poder que elas assumem por trazer transformações para o campo, colocando em perigo o poder dos proprietários.

Por outro lado, a **revolta** marca o fim das Ligas e o começo dos sindicatos, que permanecem até hoje sugerindo a idéia de que a luta continuou. “Perderam uma batalha – fim das Ligas –, mas não perderam a guerra”. Sob essa ótica, além de conseguirem a demarcação da terra e, hoje estarem assentados, conseguiram a solidificação dos sindicatos. Cumpre lembrar que o papel do STR de Pitimbu no processo de luta contra a Destilaria Tabu foi extremamente relevante, assim como alguns relatos sugerem que falar no fim definitivo das Ligas Camponesas é discutível, pois o Movimento dos Sem-Terra(MST), atualmente, pode ser considerado um desdobramento dessa luta.

Observamos também, no processo de reconstrução da memória, o que denominamos de um **entrecruzamento** entre as duas experiências de luta: ligas e conflito com a Destilaria Tabu. Embora os camponeses ressaltem que durante as Ligas havia uma pressão maior para que participassem, é comum estarem lembrando uma das experiências e se referirem a acontecimentos que estão relacionados com a outra, o que caracteriza um trabalho da memória o de aproximar as duas experiências, por conta, supomos, das características similares existentes entre as duas, como pela característica da memória de ser um espaço-tempo, no qual tudo ocorre junto (Portelli, 2000b).

Por fim, através das lembranças, os pequenos produtores de Camucim associam as Ligas à repressão de 64, como também ao fim do cambão e ao surgimento dos sindicatos, que deram continuidade ao movimento – o que legitima

---

<sup>11</sup> Conforme o dicionário de Silveira Bueno (1989).

a luta como vitoriosa e corrobora uma imagem de si, construída e veiculada pelas lembranças, como vitoriosos.

### **Referências Bibliográficas:**

AUED, B. W. **A vitória dos vencidos:** Partido Comunista Brasileiro e ligas camponesas 1955-64. Florianópolis: UFSC, 1986. 179p.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.

BASTOS, E. R. **As ligas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984. 144p.

BENEVIDES, C. **Camponeses em marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 140p.

CARMO, S. I. S. **Discurso, sociedade e história.** Araraquara: 1997. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Discurso, dimensão da história:** a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar. Araraquara: 1999. Mimeografado.

FORMAN, S. **Camponeses:** sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340p.

JODELET, D. Rappresentazioni sociali: un campo in espansione. In: \_\_\_\_\_.(a cura di) **La rappresentazioni sociali.** Napoli: Liguori Editore, 1992. p. 43-75.

MOREIRA, E. R. F. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba:** delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988. 64p.

\_\_\_\_\_; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997. 332p.

NOVAES, R. R. **De corpo e alma:** catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 p.

PAIVA, V. P. - Pedagogia e luta social no campo paraibano. **Educação e Sociedade.** São Paulo, p. 5-55, 1984.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.

PALMEIRA, M. LE RAPPORT AU TRAVAIL DANS LES SOCIÉTÉS AMÉRICAINES, 1976, Paris. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Congresso dos Americanistas, Paris, 1976. Mimeografado.

PORTELLI, A. La doppia verità della storia orale. **I Giorni Cantati**. Roma, n. 13, anno 3. p. 18-20, 1990.

\_\_\_\_\_. Un lavoro di relazione: osservazione sulla storia orale. **Ricerche Storiche Salesiane**. Roma, n. 1. p. 11-24, 2000a.

\_\_\_\_\_. Le Fosse Ardeatine e la memoria: rapporto su un lavoro in corso. In: PAGGI, L. **Le memorie della Repubblica**. Milano: Il Saggiatore, 2000b. p. 89-154.

SILVEIRA BUENO, F. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Editora Lisa, 1989. 716p.

VELÔSO, T. M. G. **A representação social do trabalho alugado ou “com a enxada nas costas e o coração preso”**. 1990. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, 193f, João Pessoa, 1990.

\_\_\_\_\_. **Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim – Pitimbu/Pb**, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, 355f, Araraquara, 2002.